

EDITORIAL

E..., sete anos se passaram desde a primeira edição da “Revista Em Favor de Igualdade Racial”, Refir, correspondente ao período de fevereiro a julho de 2018, edição que era apresentada pela sua editora, inspirada em Nelson Mandela, escrevia que “a educação é, de fato, a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo” e complementava dizendo como, através da revista poderíamos contribuir para mudar esse o mundo, dizia que dentre nossas “formas de militância política, no combate ao racismo”, uma delas seria através da “escrita científica”, da “produção e a sistematização de conhecimento” que também cumpriria uma tarefa educativa pois contribuiria para que outr@s tant@s “ainda não estão envolvidos” com a luta antirracista, poderiam encontrar na revista o “suporte teórico-metodológico para melhor desenvolverem seus trabalhos”!

Caminhar e caminhar junt@s; construir e construir junt@s; pesquisar sistematizando e compartilhar!

Esta edição de Refir é mais uma síntese desse esforço de militância política de combate ao racismo, de educação para a igualdade das relações étnico-raciais, de afirmação de uma cultura antirracista e de, neste “Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial”, escrevivência, pois os artigos aqui publicados são ao mesmo tempo fruto de pesquisa científica, experiências de vida, luta antirracista, resistência e afirmação de que outro mundo é está sendo possível!

Abre esta edição o artigo “Corpos negros nos estudos publicados em psicologia do esporte” que propõe fazer o mapeamento de 170 trabalhos publicados na Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, identificando o modo como os corpos negros aparecem ou não, como são representados nesses trabalhos. A busca partiu de localizar as produções a partir de descritores como “negro/a, étnico-racial, racismo, discriminação, cor da pele, preto/a, pardo/parda” foram termos pré-determinados. A pesquisa traz reflexões extremamente pertinentes nesse processo de ausências, de invisibilidades e de silenciamento de corpos, em especial, dos corpos negros.

Por sua vez, o artigo “Karl Marx, escravidão e abolição nos Estados Unidos”, propõe revisitar escritos de Karl Marx e Friedrich Engels para compreender fatores emuladores da Guerra Civil, também chamada Guerra de Sessão, nos Estados Unidos da América (EUA), ocorrida entre



1861 e 1865, que, de acordo com o texto foram o “escravismo e o racismo”. Qual o significado que essa guerra, que o fim da escravidão, e que o pensamento de Marx e Engels teriam para a atual luta antirracista nos EUA e no Brasil? Essa pesquisa é um convite para responder essas perguntas!

A luta antirracista, sem dúvida, no Brasil, envolve os diferentes povos indígenas, o terceiro artigo da Refir, “A importância das narrativas míticas da cultura indígena para a promoção da alteridade: uma análise do livro de literatura infantil e juvenil “contos indígenas brasileiros”, dedica-se a analisar o livro “Contos Indígenas Brasileiros”, do escritor Daniel Munduruku, indígena no povo Munduruku. Classificado como literatura infanto-juvenil, o artigo destaca a relação do aumento das publicações com a temática da cultura e história indígena depois que as mesmas passaram a ser obrigatórias na educação básica! O texto dialoga com as narrativas do livro das etnias apresentadas, seus “mitos, costumes, crenças” que ao final tem a potencialidade de criar “imagens afirmativas de valores identitários das comunidades indígenas brasileiras”. O convite está feito para você também conhecer essas representações de nossos povos indígenas, lendo o artigo.

Muito se fala da educação antirracista pensando no contexto de crianças e adolescentes que frequentam os ciclos escolares considerados “regular”, qual seja no qual a relação idade-ano-série tem certa “sintonia”. E, quando esses e essas discentes não se enquadram nessa “sintonia”, como está sendo desenvolvida a educação para a igualdade das relações étnico-raciais? O artigo “Alfabetização de jovens e adultos: interfaces dialógicas com a educação das relações étnico-raciais”, que expressa parte do resultado de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGed/UESB), e que “analisou o diálogo reflexivo entre alfabetização de jovens e adultos e a educação das relações étnico-raciais” com oito estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), autodeclaradas negras. Como se deu esse “diálogo reflexivo” com essas estudantes negras? E, como está sendo realizada a educação das relações étnico-raciais no contexto estudado? Respostas que serão encontradas no artigo”!

Assunto deveras fundamental na construção de uma sociedade com igualdade racial é aquele que se dedica a compreender por quais caminhos anda as políticas de ações afirmativas, em especial, as políticas de cotas! Dentre as políticas de cotas, uma que ainda paira uma grandes questionamentos sobre a sua efetividade é aquela que trata dos concursos para docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O artigo “Igualdade racial: uma análise das políticas públicas afirmativas em concursos para docentes da Rede Federal” colabora para descortinar um pouco esse universo sinuoso de como a implementação da política de ação



afirmativa de cotas raciais está ocorrendo. Entre práticas que buscam contornar e, em outras palavras, descumprir a Lei n.º 12.990/2014, e outras que estão mais afeitas a efetivar medidas de garantir o direito às cotas para chegar em algo próximo à igualdade racial, o texto oportuniza uma percepção de diferentes interpretações e iniciativas das IFES em efetivar ou burlar a legislação e as ações afirmativas nos seus concursos para docentes. Como estão as políticas públicas afirmativas em concursos para docentes da Rede Federal? Confira algumas conclusões sobre isso no artigo!

Em perspectiva semelhante, o sexto artigo “A educação no combate ao racismo e à xenofobia no Brasil”, dedica-se a enxergar a temática da igualdade racial, incorporando outra variável, a dos migrantes e a conexão à xenofobia que muitas vezes implica em práticas e violências discriminatórias. Migrantes negros, como indica o texto, acabam por fazer confluir dimensões ainda mais desafiadoras do que aquelas que afetam os demais migrantes, qual seja, o racismo e a xenofobia. Para lidar, no âmbito da educacional, o artigo trabalha com a perspectiva de uma “educação antixenorracista” que permitiria combater o “racismo por meio da compreensão da diversidade cultural, das diversas identidades e da importância da valorização das narrativas migratórias enquanto protagonistas de suas histórias”.

O racismo estrutural é estrutural porque está presente nas mais profundas fimbrias do tecido social, você duvida? Então, leia o artigo “O racismo estrutural na dermatologia brasileira”, o sétimo da edição, que você verá que ali, onde tudo parece ser “inofensivo”, o racismo está pululando e deixando suas marcas e feridas!

Lidando com diversos periódicos em circulação no Rio de Janeiro e com um processo judicial, todos da segunda metade do século XIX, o substancioso artigo ““Firma o tambor para a rainha do terreiro”: mulheres plurais e afro-religiosidade oitocentista” faz significativo mapeamento de experiências de mulheres que vivendo suas espiritualidades, suas estratégias de sobrevivência e resistência e relações de exploração, violência e repressão, afirmam suas subjetividades e constroem os territórios daquela Rio de Janeiro “das mulheres”. Como afirma o texto, “diferentes experiências femininas[...] se cruzavam na afro-religiosidade. Mulheres negras livres, libertas ou escravizadas, brancas trabalhadoras ou das elites se encontravam nessa encruzilhada em busca de autonomia e transformação”. A espiritualidade expressa por práticas do sagrado realizadas em “casas afro-religiosas”, na qual as mulheres tinham centralidade acabavam fazendo encontrar caminhos da diáspora africana nas “encruzilhadas” do além-mar, encontros que davam vida “no candomblé, no “calundu” à performances de mulheres que “tinham a possibilidade de desempenhar papéis de liderança como detentoras de saberes religiosos”. A repressão a que eram submetidos esses modos



de vida e submetidas essas mulheres ficaram gravadas nas tintas dos jornais analisados como o “Diário do Commercio”, o “Gazeta de Notícias”, “Diário do Rio de Janeiro”, tintas que sem desejar também deixaram evidenciadas a força dessas “mulheres plurais” como no caso de uma das prisões de “cinco mulheres” vinculadas a uma das “casas afro-religiosas” que se “recusaram a falar com a polícia”. Enfim, o artigo convida cada pessoa a, desde a “perspectiva interseccional”, confluindo gênero, raça e classe, “pensar as experiências das mulheres negras no Rio de Janeiro escravista do século XIX”!

O nono artigo, “Protagonismo da juventude Jiripankó: os Movimentos Indígenas e a Universidade como território de luta”, é o relato de uma pesquisa etnográfica, que realizou entrevistas com duas jovens da comunidade Jiripankó, que fazem parte do grupo “Tonã Toa”, através das quais foi possível perceber como vai se forjando o protagonismo da juventude, as lutas e resistências, as identidades.

Com o título “Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente”, o décimo artigo é um convite para a reflexão sobre os impactos assimétricos que recaem sobre comunidades racializadas e historicamente marginalizadas isso porque quando se pensa na falta de acesso aos recursos naturais e serviços básicos, de um lado, e na maior afetação aos quais estão expostos quando se trata dos riscos ambientais (poluição de rios, deslizamentos, enchentes, poluição atmosférica, rejeitos industriais ou de mineradoras, entre outros), de outro, o racismo ambiental mostra sua materialidade.

Partindo da problematização da construção de discursos sobre o amor interracial nas letras das canções “Patricinha do Olho Azul” (2011), vocalizada pelo Grupo Bom Gosto e “A loirinha, o playboy e o negão”, composta e interpretada pela artista Kelly Key (2003), o artigo “O negão, a patricinha e a loirinha: discurso, raça e alteridade em canções populares que tematizam o amor interracial”, analisa como as representações das relações amorosas entre homens negros e mulheres brancas acabam expressando diferentes dimensões opressivas quais sejam, opressão de “gênero (machismo), de raça (o racismo) e de classe (classismo)”, o que em outras palavras explicita a necessidade de um olhar interseccional, como presente no texto. Chama a atenção o modo como as canções “validam” as relações interraciais sendo “legítimo” ao “homem negro” participar da mesma, “apesar da sua cor”, entre outros, pela valorização da sua “hipersexualidade”, afirma o texto. O artigo acaba sendo um convite para adentrarmos na crítica antirracista relativa a produtos da indústria cultural massificados que acabam por reforçar estigmas, estereótipos, preconceitos urgentes de serem superados.



As representações sobre a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena foram constantemente negligenciadas e invisibilizadas nas etapas da escolarização do Brasil. Desde o advento das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 tais temáticas passaram a ser obrigatórias no ensino fundamental e médio nacional o que acabou, não sem muita luta, por mobilizar os sistemas de ensino, docentes, currículos, entre outros. A obrigatoriedade referida acima acabou criando todo um campo de estudos e pesquisas no ensino superior implicando em trabalhos que tangenciam direta ou indiretamente os temas relativos à historicidade e cultura de indígenas, de afro-brasileir@s e african@s. Nesta edição da nossa Revista em Favor de Igualdade Racial, um conjunto de artigos expressam os caminhos pelos quais a plena transposição das referidas leis para o cotidiano escolar e para as aprendizagens escolarizadas ainda precisam percorrer largos caminhos.

Primeiramente, o texto “A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e a formação de professores de filosofia”, retrata como a licenciatura em filosofia potencialmente poderia qualificar a formação d@s futur@s docentes da área desde o giro decolonial contemplando nos cursos de graduação as temáticas antirracistas, as filosofias africanas, indígenas e afro-brasileiras, entre outras.

O artigo seguinte “A redenção de Cam: imagem-despertador e ideologia do branqueamento”, que partindo do quadro “A redenção de Cam”, que frequenta com alguma recorrência os livros didáticos da educação básica, faz uma ampla reflexão sobre as representações racializadas e racistas presentes na obra, problematizando o que está evidenciado, o mito das “três raças” e o triunfo do branqueamento como futuro da nação brasileira que, pelos desejos e ideologia das elites nacionais, conformaria a única possibilidade civilizacional do Brasil. Pela análise da obra fica evidenciada como a mesma foi apropriada pelas elites racistas convertendo-se em ícone de um projeto de nação no qual indígenas e negros não teriam lugar e, com o tempo, desapareceriam.

De outra parte, o artigo “Os marcadores das africanidades no chão redondo da escola e suas implicações na formação docente” busca afirmar que as africanidades e as afroancestralidades, apesar de negligenciadas na educação municipal de Crato, Ceará, continua plenamente viva, como afirma o texto, na presença dos “marcos ancestrais oriundos do continente africano” no dia a dia da comunidade, mesmo que estejam ausentes na “formação inicial e continuada dos professores que atuam na rede de ensino do município”. Partindo da compreensão dessas ausências o artigo, partindo de uma “pesquisa-pretagógica” apresenta como é/foi possível inserir o “ensino das africanidades” inserindo os repertórios africanos-diaspóricos nas dinâmicas escolares, sendo um convite à leitura para perceber a re-existência dessas experiências, fazeres e saberes.



Em sentido semelhante e encerrando os artigos dessa edição, mas enfocando as histórias e culturas indígenas do atual Estado de Rondônia, o trabalho “Currículo intercultural: possibilidades de saber mais a história e as culturas indígenas nas escolas públicas de Ji-Paraná-RO” da conta de mapear a efetividade ou não da presença no currículo escolar público, na prática didática e no cotidiano dos fazeres escolares da História e das Culturas indígenas, mapeamento esse que destaca a necessidade de repensar o fazer pedagógico contemplando a educação intercultural e propõem encaminhamento de como poderia superar diversas limitações percebidas quanto ao tema.

Em tardes do inverno amazônico, na luta antirracista, Eduardo Silveira Netto Nunes (21/03/2023).

Eduardo Silveira Netto Nunes

Professor na Universidade Federal do Acre (Ufac)

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Graduado em História pela USP

Integrante do Corpo Editorial da Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac)